

Inquérito que investiga atuação da P2 fica pronto dia 30

Luiz Gustavo Rabelo
Da equipe do **Correio**

O Inquérito Policial Militar que investiga o envolvimento de agentes do Serviço Secreto da PM, a P2, na espionagem de sindicatos, movimento estudantil e em reuniões de aliados e opositores do Governo do Distrito Federal, deverá ficar pronto até o dia 30 deste mês.

A informação é do corregedor-geral da PM e presidente do inquérito, tenente-coronel Belísio Motta. Segundo Motta, para que o inquérito seja concluído, falta apenas o resultado dos laudos que estão sendo produzidos pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil (IC) com base no exames dos documentos e do material de informática apreendidos na antiga sede da P2.

Depois de finalizado, o inquérito será entregue a um promotor militar que julgará, com base nos autos, se vai oferecer denúncia à Justiça Militar ou se vai arquivar o processo.

O inquérito foi aberto no dia 25 de setembro de 1996, quatro dias depois que o **Correio Braziliense** publicou matéria denunciando a espionagem política dos *arapongas* da P2, conhecida oficialmente como a 2ª Seção do Estado Maior da PM. Desde então, segundo Motta, 130 pessoas, a maioria delas ex-integrantes da P2, já foram ouvidas pela Corregedoria da Polícia Militar.

A exemplo do que afirmou logo após a publicação da denúncia, a PM continua a suspeitar de que os docu-

Tina Coêlho



O tenente-coronel Belísio Motta está a espera do resultado de um laudo

mentos publicados nos jornais foram forçados por fontes que tinham intenção de tirar proveito político do episódio. “Não posso afirmar que os documentos publicados pela imprensa foram realmente produzidos pela PM2. Eles têm o timbre e o cabedalho da PM, mas nós os apreendemos para confrontá-los com outros documentos que já estavam em poder da PM2”, afirmou Motta.

Ao todo, 139 documentos, 9 CPUs (centrais de processamento de dados) e 249 disquetes pertencentes à P2 foram apreendidos durante o in-

quérito e encaminhados para análise no IC. “Fizemos operações de busca e apreensão na casa dos militares da PM2 considerados como os mais bem-informados, mas não achamos nenhum documento de interesse do inquérito”, disse Motta.

REATIVAÇÃO

Ele afirmou que, caso seja comprovada a autenticidade dos documentos e o conseqüente desvio de função da P2, os policiais envolvidos serão punidos com “medidas disciplinares e até criminais por

parte da Justiça”.

A cúpula da Polícia Militar recebeu com festa a determinação do governador Cristovam Buarque de ressuscitar a P2. “Na verdade a PM2 está sendo reativada. Ela nunca havia sido extinta. Apenas ficou adormecida”, disse o chefe do Estado Maior da PM, coronel Antônio de Castro Filho.

Castro informou que ainda não há uma data oficial para a reativação da P2, mas adiantou que já está recrutando pessoas para a unidade, que deverá ser composta por antigos e novos integrantes. “Estamos tendo dificuldades em remontar a seção porque o pessoal antigo foi distribuído em outras unidades da PM, assim como os carros e o material que era usado no trabalho”, explicou Castro, garantindo que a nova P2 será formada por “pessoas de plena confiança”.

O coronel defendeu a reativação da P2 sob o argumento de que não é possível fazer segurança pública sem um serviço de informações. “O trabalho da PM2 será voltado exclusivamente para a parte operacional da segurança pública e não para servir a interesses políticos. Ele é fundamental. Se tivéssemos a informação de que o grupo de trabalhadores rurais iria invadir o Ministério do Planejamento, isto provavelmente não teria acontecido”, argumentou, fazendo referência ao episódio de quarta-feira, que acabou com uma ameaça de intervenção na PMDF por parte do governo federal.

MEMÓRIA

ARAPONGAS SE INFILTRAVAM EM REUNIÕES

No dia 21 de setembro de 1996, o **Correio Braziliense** publicou uma série de documentos que comprovavam a atuação dos agentes secretos da PM na bisbilhotice de sindicatos e até em reuniões de membros do próprio governo e seus aliados.

Um dos documentos, por exemplo, descrevia uma cerimônia à qual estiveram presentes a vice-governadora, Arlete Sampaio, e o secretário de Agricultura, João Luiz Homem de Carvalho.

Carvalho e Arlete iriam entregar a pequenos produtores rurais títulos de propriedade. O *araponga*, infiltrado entre os presentes, manifestou a preocupação de que o secretário estaria se aproveitando politicamente da entrega dos títulos.

Outro documento — denominado RDO, Relatório de Dados Obtidos — analisava o potencial político do deputado distrital Cláudio Monteiro (PPS), que controlava, segundo o *araponga*, três administrações regionais “inclusive a do Guará, onde tinha uma amante”. Monteiro ne-

gou a última informação.

Pelos documentos, ficava clara a ligação da PM2 de Brasília com os sistemas de espionagem existentes nas polícias militares dos outros estados. E entre estes e o Centro de Informações do Exército, CIEEX, e os órgãos correspondentes da Marinha e da Aeronáutica.

As denúncias motivaram a abertura de uma CPI, na Câmara Legislativa, para apurar a *arapongagem* política em Brasília. Mas os deputados distritais foram impedidos pela Justiça de investigar os arquivos secretos da PM2 e a CPI morreu, três meses depois, sem ter ouvido ninguém. Na PM, foi instaurado um inquérito policial militar, ainda não concluído. A CPI da Espionagem foi criada dois dias depois que o **Correio Braziliense** denunciou a prática de espionagem política por parte dos *arapongas* da PM.

Entre outras atividades, os *arapongas* teriam filmado o deputado distrital Manoel de Oliveira, o *Manoelzinho*, no Aeroporto de Brasília, junto com os taxistas. A P2 alegou que as filmagens teriam sido feitas por um jornalista e um policial. Mas a sindicância revelou que o agente estava de plantão e não poderia estar no local.